

# Marcílio tranquiliza o G-7

LETÍCIA BORGES

BRASÍLIA — Os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, e das Relações Exteriores, Francisco Rezek, de posse da informação que Estados Unidos e Grã-Bretanha estavam querendo adiar a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) em que seria analisado o programa de ajuste econômico do Brasil, convidaram ontem os embaixadores do Grupo dos Sete — EUA, Grã-Bretanha, Canadá, França, Japão, Itália e Alemanha — para dizer-lhes que a situação interna está sob controle. A preocupação destes países mais ricos do mundo é com o pagamento dos 147% de reajuste dos aposentados e pensionistas que o governo, segundo Marcílio, lutará para não pagar.

Oficialmente, a reunião foi para fazer uma atualização da situação econômica brasileira desde 26 de novembro, quando outra reunião semelhante foi realizada. Fontes do ministério da Economia, no entanto, receberam a indicação da intenção de britânicos e norte-americanos de adiar a reunião do FMI. Não se tocou diretamente neste assunto, mas este foi o pano de fundo. Marcílio pediu e Rezek convidou os embaixadores.

O ministro da Economia chegou atrasado ao encontro. A reunião, inicialmente prevista para as 18 horas, foi adiada para as 18h30, mas só começou às 18h50. Antes do encontro, Marcílio ligou para Washington para falar com os secretários de Fazenda, Luiz Fernando Wellisch, e do Planejamento, Pedro Parente, que estão negociando o acordo com o FMI.

Um dos embaixadores, segundo um integrante do governo que participou da conversa de quase uma hora, toda ela em inglês, chegou a perguntar quando o problema legal seria solucionado. Marcílio e Rezek responderam que, no máximo, até maio. Ressalvaram que havia possibilidade da pendência com os aposentados estar resolvida já em fevereiro, dependendo de um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.

Outro embaixador disse que, no seu entendimento, o board do FMI estava considerando que seriam necessárias informações adicionais sobre a situação. Marcílio garantiu que que os objetivos das políticas monetária e fiscal permanecem, que continuam os projetos de privatização e liberalização da economia, e também de desregulamentação do comércio exterior e da presença do capital estrangeiro no País.

ESTADO DE SAO PAULO

11 JAN 1992